

Trama golpista: por unanimidade, STF condena cinco réus e absolve um

Foto: Reprodução | Sessão continua para definição das penas dos condenados.

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta terça-feira (16) cinco dos seis réus do Núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo Jair Bolsonaro.

Por 4 votos a 0, colegiado condenou Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais do ex-presidente Jair Bolsonaro; Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro; Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Mário Fernandes, general da reserva do Exército.

Eles foram condenados pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Marília de Alencar, delegada de carreira da Polícia Federal (PF) e ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça, foi condenada pelos crimes de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Pelo mesmo placar, a turma absolveu Fernando de Sousa Oliveira, delegado de carreira da PF e ex-diretor de Operações do Ministério da Justiça, por falta de provas.

A sessão continua para a definição das penas dos condenados, a chamada dosimetria.

Acusações

Filipe Martins foi acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de atuar como um dos responsáveis pela elaboração da minuta de golpe de Estado que foi produzida no final do governo Bolsonaro.

Mário Fernandes foi acusado de arquitetar um plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e Moraes. A pretensão foi encontrada em um arquivo de Word intitulado Punhal Verde e Amarelo.

De acordo com a acusação, Marcelo Câmara realizou o monitoramento ilegal da rotina do ministro Alexandre de Moraes.

De acordo com mensagens apreendidas no celular de Mauro Cid, delator e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Câmara informou a Cid que Moraes estaria em São Paulo e se referiu ao ministro como “professora”. O episódio ocorreu em dezembro de 2022.

Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), atuou para barrar o deslocamento de eleitores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições de 2022.

Segundo a PGR, Marília de Alencar foi responsável pelo levantamento de dados que baseou as blitzes.

“Traidor da Pátria”

Último a votar, o ministro Flávio Dino destacou a acusação contra o general Mário Fernandes e disse que militar poderia ser considerado “traidor da pátria” se o país estivesse em guerra.

“Se um general mobiliza armas de subordinados seus contra integrantes de instituições do Estado brasileiro, se ele estivesse em um cenário de guerra, ele estaria em curso no

Código Penal Militar como traidor da pátria. É algo chocante, muito impressionante a naturalização da ideia de que armas compradas com dinheiro da nação brasileira possam ser usadas contra brasileiros”, afirmou.

Defesas

Na semana passada, as defesas dos réus negaram as acusações e pediram a absolvição dos réus.

Fonte: Agência Brasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 17/12/2025/07:44:43

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

STF retoma julgamento da Ferrogrão nesta quarta-feira; Assista ao Vivo e entenda o que está em jogo

(Foto>Ilustrativa/Reprodução) O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira 8 o julgamento que discute a validade de uma lei que pretende destinar parte do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, ao projeto Ferrogrão, ferrovia que visa ligar o estado do Pará a Mato Grosso para escoar produtos agrícolas.

O julgamento foi retomado na última quinta-feira, 2, quando a Corte ouviu as partes e os representantes de entidades admitidas no processo como interessadas. Os ministros, agora, devem iniciar a fase de votação. O primeiro a se manifestar deve ser Alexandre de Moraes, relator do caso.

A ação discutida no Supremo foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A sigla entende que, por alterar áreas de unidades de conservação, a mudança não poderia ser feita por medida provisória, mas somente por lei.

Também destaca que o projeto afeta uma área ambiental protegida, onde vivem comunidades indígenas, incluindo povos isolados. Em 2021, Moraes optou por suspender a Lei n.º 13.452/17, que reduz em 862 hectares os limites do Parque, e encaminhou o processo ao Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal) do STF. Além disso, autorizou a retomada dos estudos e dos processos administrativos relacionados à estrada de ferro.

Dois anos depois, sem acordo, o Cesal apresentou um relatório incluindo compensações ambientais e a escuta ativa das comunidades indígenas afetadas pelo projeto. Moraes determinou a suspensão da ação por seis meses para conclusão dos estudos, prazo posteriormente estendido por mais 90 dias.



Representantes de povos indígenas participam de sessão do STF que ouviu representantes de entidades admitidas no processo da Ferrogrão. Foto: Antonio Augusto/STF

AGU aponta inconstitucionalidade

A Advocacia-Geral da União (AGU), nesta quinta-feira 2, reformou sua posição inicial sobre a lei que alterou os limites do Parque do Jamanxim e passou a apontar inconstitucionalidade da nova regra. Antes, o braço-jurídico do governo federal entendia que a legislação estava em ordem com a Constituição. A mudança se deu diante de informações técnicas apresentadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2023.

A nova posição do órgão foi oficializada pelo advogado da União Antônio Marinho Rocha Neto, que explicou que o reconhecimento da inconstitucionalidade da lei, na visão da AGU, não implica em posicionamento institucional contrário ao projeto de implantação da Ferrogrão.

“Desde que observados os requisitos legais e ambientais

aplicáveis, o empreendimento poderá trazer avanço logístico para o País”, defendeu a AGU na sessão do Supremo.

Agro x povos originários

Entre as entidades representativas ouvidas pelo STF está a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que se posicionou favorável à constitucionalidade da lei que alterou os limites do Parque no Pará.

O outro lado foi representado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), pelo Instituto Kabu e pelo Instituto Socioambiental. As entidades argumentaram que a alteração da área de conservação afeta diretamente as comunidades e povos indígenas da região e alertaram para os graves impactos da ferrovia em uma área de proteção integral na Amazônia.

A sessão plenária é transmitida pela Rádio e TV Justiça e pelo [canal do STF no YouTube](#), a partir das 14h.

Confira, abaixo;

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553

Relator: ministro Alexandre de Moraes

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) x Congresso Nacional e Presidente da República

O partido questiona a Lei 13.452/2017, originada do projeto de conversão da Medida Provisória (MP) 758/2016, que alterou limites e excluiu cerca de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. A área suprimida foi destinada ao projeto de construção da chamada Ferrogrão, ferrovia que busca ligar Mato Grosso e Pará para o escoamento de produção agrícola. O ministro relator deferiu medida cautelar para suspender os efeitos da lei. [Saiba mais](#).

<https://youtu.be/cMnf-olW7Z0>

Fonte: Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 08/10/2025/06:02:16

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.folhadoprogresso.com.br/a-trajetoria-de-ronda-rousey-do-judo-ao-estrelato-no-mma-e-no-cinema/>

Ao vivo: acompanhe votação do julgamento de Bolsonaro no STF

O STF inicia o julgamento de Bolsonaro e de mais sete réus da trama golpista. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Sessão terá início com o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes

Nesta terça-feira (9), a partir das 9h, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento do núcleo 1 da trama golpista, formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados. A partir desta sessão, os seis membros do colegiado iniciam a votação, uma vez que na primeira semana foram ouvidas a acusação, a partir da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), e os advogados de defesa dos oito réus. Acompanhe ao vivo no player abaixo.

Como será a votação?

Foram reservadas as sessões dos dias 9,10,11 e 12 de setembro para finalização do julgamento. Na terça-feira (9), os trabalhos serão abertos pelo presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin. Em seguida, será passada a palavra ao relator, ministro Alexandre de Moraes, que será o primeiro a votar. Após o voto do relator, os demais integrantes da turma vão proferir seus votos na seguinte sequência:

*Flávio Dino;

- *Luiz Fux;
- *Cármem Lúcia;
- *Cristiano Zanin.

Em sua manifestação, Moraes vai analisar questões preliminares suscitadas pelas defesas de Bolsonaro e dos demais acusados, como pedidos de nulidade da delação premiada de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e um dos réus, alegações de cerceamento de defesa, pedidos para retirar o caso do STF, além das solicitações de absolvição.

Moraes poderá solicitar que a turma delibere imediatamente sobre as questões preliminares ou deixar a análise desses quesitos para votação conjunta com o mérito. Após a abordagem das questões preliminares, Moraes se pronunciará sobre o mérito do processo, ou seja, se condena ou absolve os acusados e qual o tempo de cumprimento de pena.

A maioria de votos pela condenação ou absolvição ocorrerá com três dos cinco votos do colegiado.

Quem são os réus?

- *Jair Bolsonaro – ex-presidente da República;
- *Alexandre Ramagem – ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin);
- *Almir Garnier – ex-comandante da Marinha;
- *Anderson Torres – ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal;
- *Augusto Heleno – ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI);
- *Paulo Sérgio Nogueira – ex-ministro da Defesa;
- *Walter Braga Netto – ex-ministro de Bolsonaro e candidato à vice na chapa de 2022;
- *Mauro Cid – ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

https://youtu.be/yZiZxg_Cvbc

Fonte: Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 09/09/2025/09:37:45

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Nota da mesa diretora do STJ

Como Corte Constitucional do Brasil, o Supremo Tribunal Federal exerce papel primordial na defesa do Estado Democrático de Direito, das liberdades fundamentais e dos direitos humanos. Por isso, são injustificáveis, sob qualquer ângulo, tentativas de interferência política, nacional ou internacional, no seu funcionamento e na atuação independente dos seus integrantes.

O Brasil é hoje uma vibrante democracia, com eleições e imprensa livres, instituições sólidas, separação de poderes e limites à atividade estatal decorrentes da presunção de inocência e do devido processo legal. Os princípios de uma sociedade democrática estão claramente consagrados na Constituição brasileira. O primeiro deles é a soberania, condição inegociável no Brasil e no mundo todo.

Os juízes federais e estaduais brasileiros são escolhidos por mérito, após aprovação em difícilíssimo concurso público nacional. O Poder Executivo não controla – e seria impensável que assim pretendesse – o funcionamento do Poder Judiciário, seja para paralisar julgamentos, seja para orientar o resultado de julgamentos. No relacionamento com outros países, nos termos da Constituição de 1988, nosso comportamento se pauta pela igualdade entre nações, pela não-intervenção e pela solução pacífica de conflitos. Entre os princípios consagrados na Constituição, repita-se, está, logo no art. 1º, o respeito à soberania – a nossa e a dos outros.

Ingerência interna ou externa na livre atuação do Judiciário

contraria os pilares do Estado de Direito, pois significaria erodir a independência, a imparcialidade e a probidade que se requer dos juízes. Pressionar ou ameaçar os julgadores (e seus familiares) na esperança de que mudem ou distorçam a aplicação do Direito fragiliza e deslegitima a essência de um padrão de justiça baseado na máxima de que a lei vale e deve valer, com o mesmo peso, para todos, sem privilégio e sem perseguição.

Esses são os valores que devem ser defendidos, hoje e sempre.

Finalmente, no Brasil as decisões dos tribunais com competência nacional são tomadas ou confirmadas de maneira colegiada. Além disso, o nosso processo civil e penal prevê um amplo leque de recursos. Há, portanto, robustos mecanismos de pesos e contrapesos que asseguram a integridade e a seriedade do sistema judicial.

ANTONIO HERMAN BENJAMIN

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

LUIS FELIPE SALOMÃO

Corregedor-Geral da Justiça Federal

MAURO CAMPBELL MARQUES

Corregedor Nacional de Justiça

BENEDITO GONÇALVES

Diretor da Escola Nacional da Magistratura – ENFAM

Fonte: STF/ Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 23/07/2025/05:12:16

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode

ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

STF retoma nesta quarta-feira julgamento sobre responsabilização das redes sociais

Corte julga a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet – (Foto:Reprodução).

Supremo julga dois casos concretos que envolvem o Marco Civil da Internet e que chegaram à Corte por meio de recursos

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma nesta quarta-feira (10), às 10h, o julgamento que vai definir se plataformas que operam as redes sociais podem ser responsabilizadas pelas postagens ilegais feitas por seus usuários.

O julgamento foi suspenso na semana passada, após o ministro André Mendonça proferir voto contra a responsabilização direta das empresas.

A Corte julga a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), norma que estabeleceu os direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

O site DOWNDetector.com aponta que o Facebook está com problemas de conexão desde as 6h30 pelo horário oriental. Mendonça propõe que a CGU seja órgão regulador das plataformas digitais.

Precisamos trabalhar regulação das redes e o parlamento precisa ter coragem, diz Lula.

De acordo com o dispositivo, “com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura”, as plataformas só podem ser responsabilizadas pelas postagens de seus usuários se, após ordem judicial, não tomarem providências para retirar

o conteúdo.

Mendonça apresentou o primeiro voto divergente sobre a questão. Para o ministro, o artigo 19 não representa imunidade para as plataformas, que têm a condição de intermediárias das mensagens. Segundo ele, de maneira geral, as pessoas que fazem postagens ilegais é que devem ser responsabilizadas.

“Excetuosos os casos autorizados em lei, as plataformas digitais não podem ser responsabilizadas diretamente pela ausência da remoção de conteúdo veiculado por terceiro, ainda que posteriormente venha o Judiciário determinar a necessidade da remoção, incluídos os ilícitos relacionados à manifestação de opinião ou de pensamento” afirmou.

Os ministros e Luiz Fux e Dias Toffoli votaram para permitir a exclusão de determinadas postagens ilegais por meio de notificações extrajudiciais, ou seja, pelos próprios atingidos, sem decisão judicial prévia.

Luís Roberto Barroso diz que a ordem judicial é necessária para a remoção somente de postagens de crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria”). Nos demais casos, a notificação extrajudicial é suficiente para a remoção de conteúdo, mas cabe às redes o cuidado de avaliar as mensagens que estão em desacordo com as políticas de publicação.

Casos julgados

O STF julga dois casos concretos que envolvem o Marco Civil da Internet e que chegaram à Corte por meio de recursos.

Na ação relatada pelo ministro Dias Toffoli, o tribunal julga a validade da regra que exige ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores por atos ilícitos. O caso trata de um recurso do Facebook para derrubar decisão judicial que condenou a plataforma por danos morais pela criação de perfil falso de um usuário.

No processo relatado pelo ministro Luiz Fux, o STF discute se uma empresa que hospeda um site na internet deve fiscalizar conteúdos ofensivos e retirá-los do ar sem intervenção judicial. O recurso foi protocolado pelo Google.

Fonte: André Richter /Agência Brasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 11/06/2025/07:00:22

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Bolsonaro mente no STF ao justificar medidas contra a imprensa no governo federal

(Foto:© Getty Images) – Bolsonaro não apenas atacou a imprensa com xingamentos, mas colocou a máquina federal para ações concretas nesse sentido.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) mentiu nesta terça-feira no STF (Supremo Tribunal Federal) ao justificar medidas que tomou contra a imprensa nos quatro anos de seu mandato (2019-2022).

Em depoimento ao ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro disse que as iniciativas não tiveram como objetivo minar os veículos de imprensa, mas buscar uma economia de gastos dentro do Orçamento.

“O senhor [Moraes] não imagina o que é trabalhar de domingo a domingo (...) e sendo massacrado o tempo todo por grande parte da nossa mídia. Porque não é que eu cortei a propaganda por maldade. É que eu tinha teto de gastos”, disse o presidente.

Na prática, porém, o objetivo do então presidente não era

econômico.

Como presidente de 2019 a 2022, Bolsonaro atacou diferentes veículos de imprensa, xingou jornalistas, escolheu as mulheres como o seu principal alvo, cancelou assinaturas de jornais, cortou verba publicitária, ameaçou cassar concessões e coagiu empresários para que deixassem de anunciar em órgãos de mídia.

Quando cancelou assinaturas e ameaçou seus anunciantes da Folha, isso logo no primeiro ano de seu governo, Bolsonaro violou os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade na administração pública.

“Eu não quero ler a Folha mais. É ponto final. E nenhum ministro meu. Recomendo a todo Brasil aqui que não compre o jornal Folha de S.Paulo”, disse Bolsonaro.

“E os anunciantes que anunciam na Folha também. Qualquer anúncio que faz na Folha de S.Paulo eu não compro aquele produto e ponto final. Eu quero imprensa livre, independente, mas, acima de tudo, que fale a verdade. Estou pedindo muito?”, disse a apoiadores na porta do Alvorada.

Dias depois, em uma live, o presidente disse que os anunciantes do jornal deveriam “prestar atenção”. “Não vamos mais gastar dinheiro com esse tipo de jornal. E quem anuncia na Folha de S.Paulo presta atenção, está certo?”

Na ocasião, a Folha de S.Paulo respondeu em nota. “A Folha lamenta mais uma atitude abertamente discriminatória do presidente da República contra o jornal e vai seguir fazendo, em relação a seu governo, o jornalismo crítico e apartidário que a caracteriza e que praticou em relação a todos os governos.”

Os ataques de Bolsonaro à imprensa e aos jornalistas não foram uma novidade em si com ele na Presidência. Esses já ocorriam nos tempos em que ele atuava na Câmara como deputado federal do baixo clero.

Na cadeira de presidente, porém, os avanços contra jornalistas específicos eram amplificados por seus apoiadores, que passavam a perseguir os alvos tanto pessoalmente como nas redes sociais.

Como presidente, ele chegou a afirmar que o correto seria “tirar de circulação” veículos como a Folha de S.Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e o site O Antagonista.

Em seu governo, a portaria do Alvorada, a residência oficial da Presidência, transformou-se um ponto de peregrinação de apoiadores e de ataques à imprensa. Os xingamentos partiam do próprio presidente e eram reverberados por seus simpatizantes.

A hostilidade cresceu, e alguns veículos de imprensa adotaram uma medida drástica. Folha, TV Globo e outros abandonaram a cobertura diária em frente ao palácio.

Os ataques a jornalistas no Brasil cresceram ano a ano sob Bolsonaro. Segundo a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), o crescimento no ano eleitoral de 2022 foi 23% em relação a 2021.

Em 2022, ano marcado pela dura disputa presidencial entre Bolsonaro e Lula (PT), ocorreram 557 ataques a jornalistas, meios de comunicação e imprensa em geral. No ano anterior, foram 453. A entidade identificou o envolvimento de membros da família Bolsonaro em 42% dos casos no ano eleitoral.

Bolsonaro não apenas atacou a imprensa com xingamentos, mas colocou a máquina federal para ações concretas nesse sentido.

No primeiro ano de seu governo, por exemplo, editou uma medida provisória para retaliar os jornais. A MP dava permissão a empresas de capital aberto para publicar seus balanços apenas no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou do Diário Oficial, em vez de veículos impressos.

Anúncios e balanços pagos eram uma importante fonte de receita

dos jornais, estando aí a motivação da canetada do presidente.

O objetivo era o de ferir a imprensa, como ele mesmo admitiu. “Para ajudar a imprensa de papel”, disse em tom irônico diante de empresários do setor automotivo que riram de sua declaração.

Aquela MP de Bolsonaro atingiria em especial o jornal “Valor Econômico”, do Grupo Globo, por ser um veículo focado em economia e, por isso, mais procurado para a publicação de balanços das empresas.

“Eu espero que o Valor Econômico sobreviva à medida provisória de ontem”, afirmou, sem disfarçar a satisfação. “No dia de ontem eu retribuí parte daquilo que a grande mídia me atacou.”

A medida provisória seria depois ignorada de propósito pelo Congresso para que expirasse e perdesse a validade.

Fonte: Folhapress e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 11/06/2025/07:00:22

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)

- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:(93)984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:(93)984046835) (Claro) - Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[Apelo de Michelle Bolsonaro a Fux aumenta mal-estar com colegas do STF](#)

Michelle discursa em ato pró-anistia do 8 de Janeiro, junto a Bolsonaro (a partir da esquerda), Carlos, Flávio e Jair Renan – (Foto: Miguel Schincariol/AFP/06-04-2025)

O apelo feito por Michelle Bolsonaro diretamente ao ministro Luiz Fux pela anistia aos condenados do 8 de janeiro, durante o ato na Avenida Paulista, azedou ainda mais o clima do

magistrado com seus colegas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ministros avaliam que Fux “deu munição” para a ex-primeira-dama pedir sua intervenção, ao avaliar que as penas para os envolvidos nos atos golpistas seriam exageradas, durante o julgamento de Jair Bolsonaro no tribunal, no mês passado.

– Luiz Fux, eu sei que o senhor é um juiz de carreira e o senhor não vai jogar o seu nome na lama – disse Michelle na Avenida Paulista, citando o caso de uma idosa que está entre os réus do 8 de janeiro, além de Cleriston Pereira da Cunha, que foi preso por ter participado dos atos golpistas e morreu enquanto esperava seu julgamento.

Um dos motivos de irritação entre os integrantes do Supremo é que, até então, Fux vinha acompanhando o relator dos casos, Alexandre de Moraes, em praticamente todas as 500 condenações proferidas sobre o 8 de janeiro.

Na ocasião, o magistrado afirmou que os integrantes da corte julgaram os casos do 8 de janeiro “sob violenta emoção” e comunicou a Alexandre de Moraes que iria rever a pena da cabeleireira Débora Rodrigues. Ela ficou conhecida por ter pichado de batom a estátua em frente ao Supremo. Seu caso passou a ser explorado politicamente por Bolsonaro e seus aliados para defender a anistia.

Fonte:0 GLOB0/Jornal Folha do Progresso e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 09/04/2025/05:18:13

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes

sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.folhadoprogresso.com.br/a-realidade-das-acompanhantes-em-regioes-em-desenvolvimento/>

A mensagem disparada por Bolsonaro horas antes do STF iniciar o julgamento de denúncia sobre a trama golpista

Foto: Isac Nóbrega/PR | Pouco antes do Supremo Tribunal Federal dar início ao julgamento que pode torná-lo réu por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) alegou ser vítima da “maior perseguição político-judicial da história do Brasil”. Segundo ele, a ação seria “motivada por inconfessáveis desejos, por vaidades e por claros interesses políticos”.

O comunicado de Bolsonaro foi divulgado em grupos do aplicativo WhatsApp nesta terça-feira 25.

Na mensagem, o ex-presidente negou que tenha cometido crimes. “Conversei com auxiliares alternativas políticas para a Nação, mas nunca desejei ou levantei a possibilidade da ruptura democrática”, diz Bolsonaro. “As mudanças nos comandos das Forças Armadas foram feitas sem problemas. Sempre agi nas quatro linhas da Constituição. Sempre!”, afirma o ex-capitão.

Assista o julgamento ao vivo:

<https://youtu.be/IWH57vdkVoU>

Bolsonaro ainda aproveitou a oportunidade para chamar o processo contra ele de “aberração”. “Todo o processo Jurídico contra mim é uma aberração jamais vista! Investigações demoram seis anos, sem prazo de previsão de término. Pessoas são

presas e coagidas a fazer delação premiada para salvar suas famílias. As defesas são cerceadas, as investigações correm em segredo de Justiça e realizadas prisões arbitrárias”, diz o ex-presidente.

Para a Procuradoria-Geral da República, porém, as alegações feitas pelo ex-capitão no longo texto enviado aos aliados não se sustentam. Segundo a denúncia ofertada pelo órgão ao STF, Bolsonaro planejou e exerceu um domínio direto sobre os atos de uma organização criminosa que buscava executar um golpe de Estado no Brasil em 2022.

A avaliação dos investigadores é que o grupo, sob a liderança do ex-presidente, criou, desenvolveu e disseminou desinformação sobre o sistema eleitoral desde 2019, primeiro ano do governo anterior, a fim de incutir na sociedade a falsa impressão de fraude nas urnas. O objetivo era impedir a posse de Lula (PT) e manter o ex-capitão no poder.

É justamente essa denúncia que será analisada no julgamento iniciado nesta terça-feira. Nele, a Primeira Turma do STF vai votar se torna ou não o ex-presidente e outras sete pessoas réus pelo caso. Eles são acusados de terem cometido os seguintes crimes: golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio público.

A segurança do tribunal foi reforçada para o julgamento. Bolsonaro deve acompanhar a sessão em Brasília, onde desembarca na manhã desta terça-feira.

Fonte: cartacapital e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 25/03/2025/06:58:25

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal

uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[1Win Brasil bônus de 500% apostas esportivas e cassino](#)

STF julgará ação de Bolsonaro para impedir Moraes de relatar inquérito

Foto: Getty Images | O plenário da Corte vai julgar um recurso da defesa do ex-presidente para derrubar a decisão do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, que, em fevereiro deste ano, negou pedido feito pela defesa do ex-presidente para que Moraes seja impedido de atuar no processo.

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 6 de dezembro o julgamento do recurso no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro pretende afastar o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito do golpe.

O plenário da Corte vai julgar um recurso da defesa do ex-presidente para derrubar a decisão do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, que, em fevereiro deste ano, negou pedido feito pela defesa do ex-presidente para que Moraes seja impedido de atuar no processo.

Após a decisão, os advogados recorreram ao plenário para reafirmar que Alexandre de Moraes figura como vítima nas investigações. Segundo a defesa, pelas regras do Código de Processo Penal (CPP), o juiz não pode atuar no processo em que ele próprio for parte ou diretamente interessado.

Na semana passada, Bolsonaro e mais 36 aliados foram indiciados pela Polícia Federal (PF) pela tentativa de golpe. De acordo com as investigações, Bolsonaro tinha conhecimento do plano para matar Alexandre de Moraes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice-presidente, Geraldo Alckmin.

O caso será julgado pelo plenário virtual da Corte. Na modalidade eletrônica, os votos são inseridos no sistema de votação e não há deliberação presencial dos ministros.

Fonte: Agência Brasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 29/11/2024/17:01:11

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93

981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:-93-984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -
mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Vídeo mostra autor de ataque ao STF perto da equipe da TV Brasil

(Foto: TV Brasil/Divulgação) – Francisco Luiz chegou a interagir com repórter e cinegrafistas

Um vídeo da TV Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mostra Francisco Wanderley Luiz caminhando na Praça dos Três Poderes momentos antes de jogar bombas perto da Estátua da Justiça, em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF). Francisco morreu em seguida ao explodir artefatos em seu corpo.

O autor do atentado dessa quarta-feira (13) chegou a interagir com a equipe da TV Brasil, que estava na praça para uma entrada ao vivo no jornal.

A repórter Manuela Castro contou que a equipe estava se preparando para entrar ao vivo no telejornal Repórter Brasil, quando um homem se aproximou e ficou próximo deles. Ela relatou que é comum pedestres ou turistas ficarem observando ou tirarem fotos pela curiosidade de ver uma equipe de reportagem. Segundo ela, o homem percebeu que a equipe notou a proximidade da presença dele.

“Ele percebeu e disse: Não vou atrapalhar vocês, não. Fiquem

tranquilos. Vou passar por trás da câmera. Depois, ele falou: Não vou passar pela frente da câmera, porque sou muito feio", relatou a repórter.

Durante a entrada ao vivo da repórter no telejornal, é possível ver Francisco caminhando ao fundo e mais próximo à sede do Supremo.

> Veja imagens da TV Brasil em que Francisco aparece antes das explosões:

<https://youtu.be/fUyeBy0iFFY>

Manuela Castro disse que percebeu que o autor das explosões era o mesmo homem que conversou com ela por causa da roupa dele.

"O que me chamou a atenção era que Francisco estava com uma calça estampada, muito colorida. Essa calça ficou registrada na minha memória. Quando eu vi as imagens do STF [das câmeras de segurança], eu tive certeza que ele era aquele observador, que ficou tão próximo da gente. E tive, então, a noção do perigo, risco que eu e a equipe tivemos", afirmou.

Conhecido como Tiü França, Francisco Wanderley Luiz, 59 anos, morreu na noite desta quarta-feira (13) ao detonar explosivos em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também foi autor da explosão de uma carro estacionado no anexo 4 da Câmara dos Deputados. O chaveiro oi candidato a vereador pelo PL em Rio do Sul, Santa Catarina, nas eleições de 2020.

Ex-companheira

A Polícia Federal investiga o caso. Agentes foram até a casa de Daiane Dias, ex-companheira de Francisco. No local funcionava o estabelecimento do chaveiro. Em depoimento informal aos agentes, ela disse acreditar que as explosões foram planejadas por Francisco, já que ele falava em fazer esse tipo de ação.

Ao ser questionada por um policial se Francisco teria dito que iria “matar gente” e tinha um plano, Daiane respondeu que o alvo seria o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

“Gente não. O Alexandre de Moraes é quem estivesse perto naquela hora”, respondeu a mulher. “Ele falou que mataria ou se mataria”, acrescentou.

Daiane afirmou ainda que ela e o ex-companheiro não participaram dos atos de 8 de janeiro em Brasília. Eles estavam em Rio do Sul na data.

Segundo ela, Francisco estava obcecado com questões políticas. “Ele quase me deixou louca. Todo mundo na rua falava: Você vai ficar louca. Só falava de política, política, política”.

“Ele não se mataria. Jamais tiraria a vida dele, a não ser que ele tivesse cumprido o objetivo dele. Se ele morreu em vão e não matou ninguém, é porque descobriram o que ele iria fazer”, disse.

Daiane foi conduzida para a delegacia da Polícia Federal em Lages, onde prestou depoimento nesta quinta-feira (14) e foi liberada. O celular dela ficou retido.

Irmão

Um dos cinco irmãos de Francisco disse ele estava obcecado por política nos últimos anos, participou de acampamentos em rodovias contra a eleição de Lula e estava com comportamento irreconhecível.

“A pessoa com a cabeça fraca, se não está bem centrada, acaba se deixando levar pelo ódio”, disse em entrevista à equipe da TV Brasil, por telefone.

Emocionado, o irmão contou que não mantinha contato com Francisco nos últimos meses. Segundo ele, o chaveiro, era uma pessoa tranquila, porém, após as últimas eleições

presidenciais em 2022, só falava de política, o que dificultava o convívio. Essa situação se agravou no ano passado.

Ele discorda que Francisco teria intenção de matar o ministro Moraes.

* Com informações da TV Brasil e da Rede Bela Aliança, de Rio do Sul (SC), da rede nacional de comunicação pública e parceira da EBC

LEIA TAMBÉM: [Antes de se explodir, homem tentou jogar bomba em estátua da Justiça, no STF](#)

Fonte: Agência Brasil e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 16/11/2024/10:58:44

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade e no canal:

- [Clique aqui e acesse o canal do FOLHA DO PROGRESSO no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:93984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:93984046835) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br e -

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e -

mail: adeciopiran.blog@gmail.com